

LIVROS

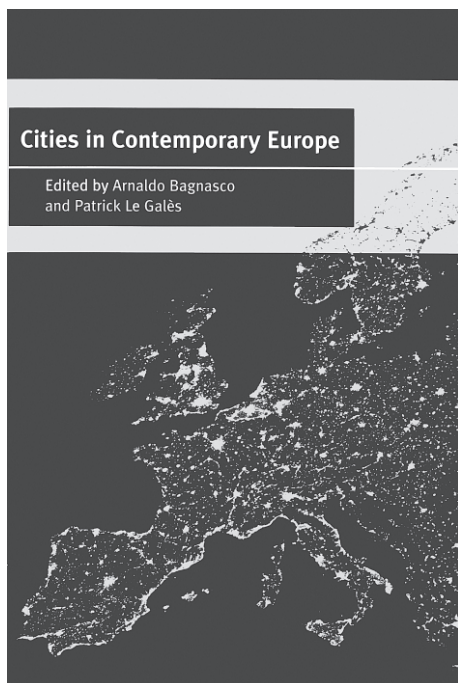
A Cidade, o Projecto Colectivo e seus Labirintos: três livros para reflexão (...)

Bagnasco, A. e Le Galés, P. (ed.) (2000) *Cities in Contemporary Europe*, Cambridge University Press, Cambridge.

Nel.lo, O. (2001) *Ciutat de Ciutats*, Barcelona, Editorial Empúries.

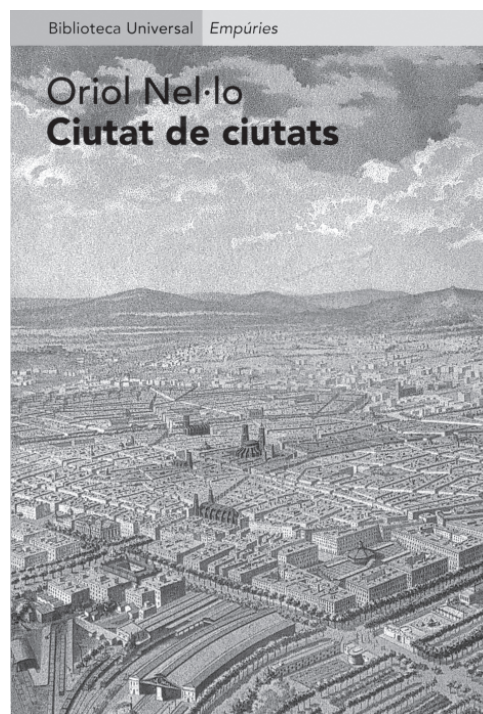
Ruivo, F. (2000) *O Estado labiríntico: o poder relacional entre poderes local e central em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

Correspondendo a uma evidência da urgência dos debates em torno das questões urbanas, tem-se assistido nos últimos anos a uma importante evolução na publicação de trabalhos sobre a cidade e as suas múltiplas dimensões. Surge, nesse sentido, este realce em relação a três livros recentemente publicados, que corresponde no nosso entender a um muito relevante fio condutor na interligação entre as diferentes dimensões abordadas por cada um.



A abrangente edição dos conhecidos Bagnasco e Le Galés procura focalizar as grandes temáticas com que se prende a cidade actual, e especialmente

europeia, através de uma visão bem dinâmica de (como Weber referia) perceber as cidades como estruturas sociais activas, com grupos e interesses diversos e, perante os mais actuais desafios, com uma clara urgência de estratégias colectivas. Procura-se uma reflexão sobre a gestão e regulação das vontades na cidade fragmentada, em volta de conceitos como identidade urbana, governação e capital social. A tónica no enaltecimento da cidade como actor colectivo que emerge das inter-relações entre os seus diversos actores e sectores, é abordada por diferentes autores como Veltz, DeMatteis, Mayer ou Lorrain, para além dos editores.



Parece natural afirmar que as dinâmicas da cidade actual jogam-se perante o entrecruzar dos espaços e dos tempos das diferentes estratégias de cada actor urbano. Neste sentido, e como muito bem afirma Nel.lo no seu incisivo livro, a actual cidade difusa, feita de cidades várias e sentidos múltiplos num imenso território, poderá ser vista como uma cidade sem confins – porém, e ao mesmo tempo, perante tantas divisórias sociais e funcionais, polí-

ticas e administrativas, será afinal uma cidade plena de confins. Tendo como pano de fundo a Região Metropolitana de Barcelona, e os presentes desafios da concentração/dispersão, da complexidade/especialização, e da integração/segregação, surge como evidente a necessidade de um projecto claramente colectivo – que o autor não se coíbe de sugerir e analisar, nas suas diferentes dimensões. O futuro não se pode prever, mas pode-se preparar. Assim, e perante os dilemas que o presente e o futuro da cidade nos apresenta, esta não pode ser deixada nas mãos de interesses colaterais: sem projectos, normas e valores colectivos, pode haver urbanização – mas não haverá cidade.



Finalmente, e num interessante enfoque Português (embora não necessariamente urbano), Ruivo fala-nos dos labirintos e das formas como os poderes locais em Portugal procuram cruzar e tornejar estas difusas teias de confins (sociais, funcionais e administrativos, repetimos) de que o nosso país é tão pródigo. O que acontece é que neste desenvolvimento de uma ‘democracia de acessos’, onde o poder relacional é exercido por redes de interdependências informais, produz-se uma carga de desigualdade no exercício do governo e gestão territorial, o que acaba por conduzir a um inevitável enfraquecimento da tão necessária capacidade de organização colectiva.

Perante estas possibilidades de reflexão, e tendo como pano de fundo as urgências das nossas

cidades, a relevância dos questionamentos levantados por estes livros, nas suas diferentes escalas e dimensões, parece-nos por demais evidente.

(...) e mais um

Nick Wates (2000), *The Community Planning Handbook – How people can shape their cities, towns and villages in any part of the world*, Earthscan Publications Ltd, London.

Como promover a participação da população, será uma das interrogações mais frequentemente colocadas por todos aqueles que entendem ser a participação social uma estratégia eficaz e uma condição *sine qua non* para a afirmação progressiva da cidadania e para a sustentabilidade dos processos de *empowerment*.

Em Portugal, este desafio tem vindo a ser socializado pela experiência acumulada ao nível, sobretudo, dos projectos de desenvolvimento local, em geral, e de luta contra a pobreza e exclusão social, em particular. Apesar disso, estaremos longe de podermos falar de modelos alternativos de organização e participação social. A participação não passa, ainda, na generalidade dos casos, de palavras-chave de um discurso técnica e politicamente correcto. Implementar processos dinâmicos de participação social pressupõe capacidade de partilhar poder e de entender o outro como parceiro nos processos de tomada de decisão. Desafio a que muitos de nós ainda resistimos, ancorados que estamos no comodismo e no facilitismo do saber fazer tecnocrático. E poucos sectores mostrarão maior desfasamento entre o discurso e a prática de uma intervenção participada que o protagonizado pelos processos de (re)qualificação sócio-urbanística ao abrigo do planeamento territorial.

The Community Planning Handbook surge neste contexto como um auxiliar precioso. Concebido a partir de múltiplas experiências de participação social implementadas em países e realidades muito heterogéneas, este livro apresenta um conjunto de técnicas e de estratégias de mobilização e de implicação da população na gestão e (re)qualificação do seu território. É um livro claro, bem organizado e de consulta amigável para todos os que se questionam sobre as estratégias de participação no planeamento territorial.